

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2019

Senhores Acionistas,  
A Administração da Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas" ou a "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, com o parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### 2019: um ano de superação de desafios

O ano de 2019 foi um ano marcado por mudanças relevantes na legislação da indústria da mineração, visando dar maior segurança às atividades da mineração reforçando seu compromisso social. Nesse contexto a Companhia, aprofundou o aprimoramento das suas práticas de segurança e controle de gestão. Em linha com as novas exigências, e procurando ficar a par das melhores práticas de segurança do mundo, a Companhia fez importantes investimentos em diversas áreas, em particular nos reforços das duas barragens a montante inativas que tem no complexo, começou a trabalhar na descaracterização delas, e desenvolveu um centro de controle de operações integrado, adotando os últimos avanços tecnológicos para a prevenção de acidentes. Com relação à população da região de Itaiapuçu, a Mineração Usiminas tem tido uma política de permanente comunicação, treinamento e apoio, através de reuniões, simulados de emergência hipotética e a instalação de uma equipe de bombeiros na área ZAS (Zona de Autossalvamento) para colaborar com a comunidade e difundir as práticas da Companhia em matéria de segurança. A Companhia sempre foi atenta com a segurança da comunidade onde age e seguirá cumprindo tais práticas.

O ano foi de recordes de produção e vendas atingindo os 7,4 milhões de toneladas e 8,6 milhões de toneladas respectivamente. A retomada da produção na ITM (Instalação de tratamento de minério) Samambaia, em maio, possibilitou o aumento do volume processado. O desenvolvimento de relacionamentos comerciais com clientes na China possibilitou o recorde do volume exportado que, pela primeira vez, totalizou 54% do total do volume anual vendido.

O aumento do preço do minério de ferro ao longo do ano, junto com a cultura de controle de custos e produtividade, possibilitou um desempenho econômico robusto da Companhia, expressado no seu EBITDA, também recorde de R\$ 740 milhões. Esses melhores resultados permitiram encerrar o ano com um caixa final de R\$ 813 milhões após distribuir R\$ 245 milhões aos seus acionistas.

O destacado resultado de 2019 demonstra mais uma vez a capacidade da Companhia para trabalhar de forma coordenada desde o seu Conselho de Administração até todos seus colaboradores nas minas, com um objetivo comum que nos enche de orgulho, a superação permanente.

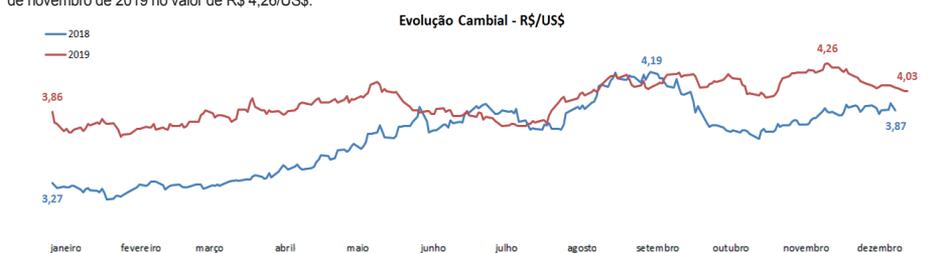
### Conjuntura Econômica

No ano de 2019 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de 1,1%, terceiro ano seguido de crescimento. Para 2020, a expectativa é de crescimento de 2,2% conforme Relatório Focus emitido pelo Banco Central do Brasil, divulgado em fevereiro de 2020.

Em relação ao mercado de minério de ferro, no geral, o ano de 2019 foi marcado por uma alta nos preços, incentivados pela diminuição de fornecimento do Brasil e da Austrália. O preço de venda (referência Platts IODEX 62%), apresentou a maior alta dos últimos 5 anos. O valor médio registrado em 2019 foi de US\$ 93,4t, 34% acima dos US\$ 69,5t de 2018.



Adicionalmente em 2019 houve uma desvalorização do real em relação ao dólar americano que contribuiu na melhora dos resultados. Comparando os Ptax do último dia útil dos anos de 2018 (R\$ 3,87/US\$) e 2019 (R\$ 4,03/US\$), o dólar valorizou 4,1% frente ao real, atingindo seu ápice no dia 26 de novembro de 2019 no valor de R\$ 4,26/US\$.



Ambos os fatores impactam positivamente a receita da Companhia.

### Destques do desempenho da companhia

<b>EBITDA</b> R\$ 740 M +264%	O EBITDA ajustado foi de R\$ 740 milhões, ficando 264,4% acima dos R\$ 203 milhões de 2018, principalmente devido aos maiores preços realizados, maiores volumes de vendas e impacto positivo da variação cambial, parcialmente compensados por maiores custos.
<b>Vendas</b> 8,6 Mt +33%	A Companhia registrou recordes anuais de volume de produção e volume de vendas. O volume de vendas de minério de ferro foi de 8,6 Mt em 2019, comparado com 6,5 Mt em 2018.
<b>Produção</b> 7,4 Mt +31%	A produção anual de minério de ferro atingiu 7,4 Mt, 30,9% acima da produção de 2018. Vale ressaltar que houve produção recorde de Pellet Feed, produto destinado para a exportação.
<b>Caixa Líquido</b> R\$ 813 M +31%	Houve distribuição de R\$ 245 milhões de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas e R\$ 131 milhões em investimentos (CAPEX). Com o pagamento de dividendos, o caixa líquido da Companhia fechou o ano em R\$ 813 milhões (R\$ 732 milhões em 2018).

### Desempenho operacional e econômico financeiro

R\$ Milhões	2019	2018	Var. 2019/2018
Volume de vendas (mil t)	8.616	6.474	33%
Receita Líquida	1.989	1.085	83%
CPV	(1.143)	(747)	53%
Lucro (prejuízo) Bruto	847	338	151%
Lucro (prejuízo) Líquido	488	273	79%
EBITDA ajustado	740	203	265%
Margem EBITDA	37%	19%	+18,4 p.p
Investimentos	(131)	(76)	72%
Caixa	813	732	11%

### Receita Líquida

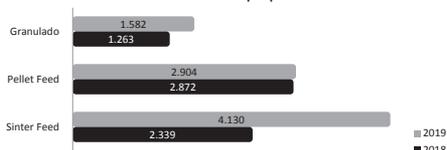
No ano de 2019, a receita líquida foi de R\$ 1.989 milhões contra R\$ 1.085 milhões em 2018, uma elevação de 83%.

#### Participação de cada mercado na receita



A receita líquida aumentou com relação a 2018, principalmente, em função do maior volume de vendas decorrente do aumento das exportações de minério de ferro.

#### Volume de vendas por produto



### Custos dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1,1 bilhão um aumento de 52,8% com relação a 2018 (R\$ 747 milhões). Esse aumento acompanhou o maior volume de vendas das exportações realizadas na condição CFR (Cost and Freight). Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$ 132,6t, 14,9% superior ao ano de 2018, quando o CPV/t foi de R\$ 115,4t. O aumento unitário deve-se à maior participação das exportações e ao aumento do uso de material de terceiros.

### Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 145 milhões em 2019, aumentando R\$ 26 milhões em relação a 2018. As despesas com vendas foram de R\$ 121 milhões em 2019 contra R\$ 93 milhões em 2018, aumento devido ao maior volume de vendas que impactou o custo de distribuição. As despesas gerais e administrativas reduziram R\$ 2 milhões, principalmente em função de menores gastos com serviços de terceiros.

### Outras receitas e despesas operacionais

As demais despesas e receitas operacionais foram de R\$ 100 milhões negativos em 2019, aumentando em R\$ 157 milhões em relação a 2018, período que foi favorecido pela reversão de impairment sobre os ativos não financeiros. Excluindo este conceito, as despesas ficaram menores em R\$ 45 milhões devido à menor provisão de ICMS sem previsão de utilização e menores despesas com arrendamento de área de terceiros (direito minerário).

### Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 3,9 milhões positivos, contra R\$ 23,5 milhões positivos em 2018, uma diminuição de R\$ 19,6 milhões, principalmente por:

- Elevação da correção monetária sobre provisões para demandas judiciais em R\$ 13,4 milhões, totalizando R\$ 18,3 milhões negativos em 2019 (2018: R\$ 4,9 milhões negativos);
- Menor valor reconhecido de variação cambial em R\$ 20,5 milhões. Em 2019 a Companhia registrou um saldo de R\$ 6,3 milhões positivos (2018: R\$ 26,8 milhões positivo). Em 2019 a variação do dólar frente ao real foi de 4,4%, contra 18,3% em 2018;
- Maior valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$ 11,5 milhões. Em 2019 tal evento totalizou R\$ 15,0 milhões (2018: R\$ 3,5 milhões).

### Resultado de equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em 2019 foi de R\$ 53 milhões, contra R\$ 54 milhões em 2018, principalmente decorrente do resultado da MRS Logística. A Companhia detém 83,3% da UPL (Usiminas Participações e Logísticas), empresa que possui 11,13% do capital da MRS Logística.

### EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado foi de R\$ 740 milhões no ano de 2019, superior em 264,4% ao ano de 2018. Este aumento decorre principalmente de maiores volumes e preços de venda de minério de ferro.

O EBITDA ajustado considera a participação proporcional de 50% da Modal, empresa controlada em conjunto dedicada a operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.

### Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 488 milhões em 2019, aumentando R\$ 215 milhões quando comparado com 2018.

Houve ajuste de impairment que geraram uma perda não-caixa de R\$ 3,1 milhões em 2019 devido principalmente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal, contra ganhos de R\$ 199,6 milhões em 2018.

### Investimentos

Os investimentos em 2019 alcançaram R\$ 131 milhões, sendo os principais investimentos em segurança, equipamentos de mineração, meio ambiente e *sustaining*. Houve um aumento de 72% em comparação a 2018, quando o investimento totalizou R\$ 76 milhões.

Dentre os investimentos realizados se destaca o reforço à jusante da Barragem Central (Imagem 1) no valor de R\$ 25 milhões com o objetivo de intensificar a segurança, projeto concluído em novembro de 2019. Em 2019 houve o início do investimento no processo para desaguamento e empilhamento de rejeitos (Dry Stacking), com o objetivo de substituir o descarte convencional em barragens, e promover um menor impacto ambiental, até o final de 2019 foram gastos R\$ 18 milhões neste projeto.

Buscando sempre a inovação e a segurança, a Mineração Usiminas investiu na compra de novos caminhões articulados, na manutenção de equipamentos de grande porte e modernização da sua sala de controle (Imagem 2). Esta modernização integrou recursos e trouxe maior conforto para os nossos colaboradores, além de garantir a sustentação da segurança.



Imagem 1 - Barragem Central

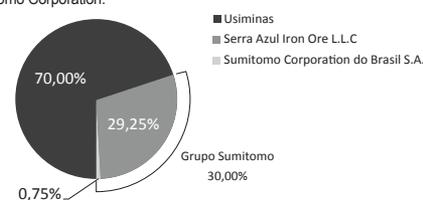


Imagem 2 - Sala de controle

### Governança Corporativa

#### Composição acionária

O capital social da Companhia é de R\$ 1.984.219.480,44, representado por 2.811.607.351 ações ordinárias e nominativas. A Companhia é controlada pela Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas ("Usiminas") que detém 70% do capital. O restante, 30% é detido pelo Grupo Sumitomo, por meio das empresas Serra Azul e Sumitomo Corporation.



### Administração

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

O Conselho de Administração conta com seis membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses sociais ou conforme calendário previamente estabelecido.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta atualmente por dois membros estatutários, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro.

Adicionalmente a Companhia conta com quatro gerentes gerais que atuam nas áreas de desenvolvimento, comercial, sustentabilidade e operações.

### Remuneração da administração estatutária

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que engloba a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada a seguir:

	2019 R\$ Mil	2018 R\$ Mil
Honorários	4.314	4.272
Encargos Sociais	753	739
Plano de aposentadoria	5	9
<b>Total</b>	<b>5.072</b>	<b>5.020</b>

### Auditoria Interna

A estrutura de governança da Companhia conta com Auditoria Interna, contratada da empresa controladora cuja missão é de monitorar as boas práticas de governança avaliando o sistema de controles internos e a gestão de riscos da Companhia.

### Política com relação aos auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos que estabelecem que o auditor: (a) não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) não deve promover os interesses de seus clientes.

A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2019, cujos honorários foram de R\$ 245,3 mil.

### Desempenho social

#### Gestão de Pessoas

A Mineração Usiminas tem Pessoas como um de seus valores. Isso significa que a valorização dos colaboradores, a segurança e a preservação da vida são parte fundamental da rotina e das tomadas de decisão. E ainda, prima pelas boas práticas de gestão de pessoas e pela promoção de um ambiente de trabalho que favoreça o desenvolvimento profissional e a qualidade de vida. Os números são bons indicadores do quanto a empresa avançou nas ações com seus colaboradores.

Em 2019, a Gestão de Pessoas na Mineração Usiminas focou o incremento da quantidade de colaboradores próprios em 29% e em mais de 90% na quantidade de prestadores de serviço para suportar o aumento de produção e vendas do ano.

Com o incremento da quantidade de colaboradores, foram intensificadas iniciativas de capacitação e desenvolvimento profissional, chegando a 101 horas de capacitação por pessoa no ano de 2019, aumento de 71% comparado ao ano anterior.

Em Saúde e Segurança Ocupacional, mesmo com o aumento da quantidade de novos colaboradores próprios e prestadores de serviço, a Mineração Usiminas reduziu em 23% a taxa total de frequência de acidentes em relação ao ano anterior e não teve nenhum acidente do trabalho de risco alto.

### Comunidade e meio ambiente

A Mineração Usiminas mantém suas ações de apoio às cidades no entorno de suas jazidas, na região de Serra Azul, mantendo o compromisso de identificar oportunidades e construir parcerias por meio de ações e projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Dentre as ações culturais, destaca-se a participação no projeto Circuito Cultural Usiminas, que é responsável por levar para as cidades da região atrações de circo, dança, música e teatro, além de oficinas para educadores. A disponibilidade de água é uma das grandes preocupações ambientais da companhia que reutiliza cerca de 95% de toda a água consumida no processo de beneficiamento do minério. O reaproveitamento dos rejeitos de minério no processo produtivo, além de gerar resultado financeiro, contribui com a recuperação do meio ambiente através da descaracterização da estrutura.

Em matéria de segurança, a Companhia conta com uma equipe especializada que promove monitoramento permanente das estruturas, contando com o Centro Integrado de Monitoramento, seguindo as melhores práticas de engenharia (nacionais e internacionais) e as determinações da legislação vigente. Ainda, periodicamente, as estruturas são inspecionadas por auditores externos para validação dos controles internos e das condições de estabilidade e segurança. A Companhia possui e apresenta regularmente aos órgãos fiscalizadores as declarações de estabilidade das barragens.

A Companhia possui sistema de alerta sonoro e vem interagindo com a população do entorno de suas barragens com participação efetiva no plano de ações emergenciais de forma preventiva em clara demonstração do seu compromisso com a comunidade e com o cumprimento da legislação. Esta postura reafirma a preocupação da Companhia com as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável, mantendo a qualidade dos produtos oferecidos ao mercado.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Passivo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	161.095	154.106	<b>Circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	9	651.823	577.523	Fornecedores	20	167.651	119.804
Contas a receber de clientes	10	395.774	131.513	Empréstimos e financiamentos	21	1.172	1.858
Estoques	11	95.206	147.161	Salários e encargos sociais		23.032	18.181
Impostos a recuperar	12	63.701	17.576	Tributos a recolher		14.720	7.983
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	41.856	Imposto de renda e contribuição social		14.953	-
Dividendos a receber		11.023	11.462	Dividendos a pagar	31	29.495	68.228
Contas correntes devedoras		1.556	483	Passivos de arrendamento	22	19.406	-
Demais contas a receber		2.109	2.381	Demais contas a pagar		18.086	6.580
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.382.287</b>	<b>1.084.061</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>288.515</b>	<b>222.634</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	21	487	1.654
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	850.064	892.136	Passivos de arrendamento	22	50.455	-
Depósitos judiciais	15	42.277	24.873	Obrigação para recuperação ambiental	23	231.591	203.707
Estoques	11	1.642	26.899	Provisão para demandas judiciais	24	11.125	34.184
Adiantamentos contratuais	13	46.124	-	Valores a pagar a empresas ligadas	31	121.838	134.253
Demais contas a receber		300	-	Demais contas a pagar		4.312	164
		940.407	943.908	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>419.808</b>	<b>373.962</b>
Investimentos	16	420.752	396.313	<b>Total do passivo</b>		<b>708.323</b>	<b>596.596</b>
Imobilizado	17	1.261.416	1.185.297	<b>Patrimônio líquido</b>	25	1.984.219	1.984.219
Intangível	18	602.349	606.758	Capital social		1.210.322	1.210.322
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.224.924</b>	<b>3.132.276</b>	Reservas de capital		705.818	424.419
<b>Total do ativo</b>		<b>4.607.211</b>	<b>4.216.337</b>	Reservas de lucro		(1.471)	781
				Ajuste de avaliação patrimonial		3.898.888	3.619.741
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.607.211</b>	<b>4.216.337</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Exercícios findos em	Exercícios findos em
		31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita líquida</b>	26	1.989.159	1.085.178
<b>Custo das vendas</b>	27	(1.142.610)	(747.341)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>846.549</b>	<b>337.837</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas com vendas	27	(120.639)	(92.596)
Despesas gerais e administrativas	27	(24.340)	(26.076)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(99.698)	57.568
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	53.142	53.638
		(191.535)	(7.466)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>655.014</b>	<b>330.371</b>
Resultado financeiro	30	3.854	23.455
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>658.868</b>	<b>353.826</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b>	14	(170.939)	(80.915)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>487.929</b>	<b>272.911</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Em milhares de reais

	Exercícios findos em	Exercícios findos em
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	487.929	272.911
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	(2.252)	(40)
<b>Total de outros componentes do resultado abrangente</b>	<b>(2.252)</b>	<b>(40)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>485.677</b>	<b>272.871</b>

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 14. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais cujos acionistas são a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas") com participação de 70% do capital social e o Grupo Sumitomo, com o restante de 30% de participação, através das suas controladas, Serra Azul Iron Ore L.L.C. ("Serra Azul") e Sumitomo Corporation do Brasil S.A. ("Sumitomo").

A Companhia e suas empresas controladas em conjunto e coligadas, tem como principais atividades a exploração de jazidas minerais e comercialização de minério de ferro, transporte ferroviário, logística e operação de terminais de cargas. Atualmente possui instalações de tratamento de minério de ferro, nas cidades de Itatiaiuçu e Mateus Leme, Estado de Minas Gerais, com capacidade anual de produção de 12 milhões (não auditado) de toneladas.

A maior parte de sua produção é destinada ao mercado externo e ao consumo da sua controladora Usiminas.

A Companhia mantém participação, direta ou indireta, nas empresas controladas em conjunto e coligadas a seguir:

**(a) Empresa controlada em conjunto**

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/ MG	Operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.

**(b) Empresas coligadas**

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Usiminas Participações e Logística S.A.	83,30	49,90	Belo Horizonte/ MG	Investimento na MRS Logística S.A, da qual possui 11,13% do seu capital social e integra seu grupo de controle (i).
Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) MRS Logística S.A. é uma empresa de logística que administra uma malha ferroviária de 1.643 km de extensão nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Aproximadamente um terço de toda a carga transportada por trens no Brasil é realizada pela MRS.

**2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 01 de abril de 2020.

**3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**3.1 Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando houver) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas com base na moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"), que no caso é o real ("R\$"). O real também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

**3.3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são descritas neste item 3.3.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Resalta-se que as políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são consistentes nos exercícios apresentados, exceto pelos pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019.

**3.3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019**

• IFRS 16 / CPC 06 (R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia reconheceu a partir de 2019, novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, conforme descrito nas Notas 17 e 22. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou, uma vez que a Companhia passou a reconhecer uma depreciação dos ativos de direito de uso e uma despesa financeira sobre as obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018, uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia adotou alguns expedientes práticos trazidos por esta nova norma na avaliação e mensuração dos seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, relacionados principalmente a prazo, valor e taxa de desconto. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado um ativo de direito de uso no montante de R\$68.630, um passivo circulante de arrendamento de R\$19.406 e um passivo não circulante de arrendamento de R\$50.455. A Companhia adotou esta norma em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICP 03 / IFRIC 4.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais**

	Nota	Exercícios findos em	Exercícios findos em
		31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		487.929	272.911
Ajustes para conciliar o resultado			
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		43.923	41.002
Despesas de juros		(1.636)	190
Depreciação, amortização e exaustão	27	133.316	125.395
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		(708)	(251)
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	(53.142)	(53.638)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> )		3.068	(199.601)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	43.157	57.349
Constituição (reversão) de provisões		137.720	24.919

(Acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber de clientes		(264.261)	3.619
Estoques		31.088	44.534
Impostos a recuperar		(32.822)	16.771
Depósitos judiciais		(35.380)	(1.004)
Outros		(13.908)	3.687

Acréscimo (decrécimo) de passivos			
Fornecedores		17.994	(53.303)
Tributos a recolher		34.534	1.274
Outros		(17.809)	(2.214)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(83.417)	-
Juros pagos		(182)	(312)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais</b>		<b>429.464</b>	<b>281.328</b>

<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e Valores mobiliários		(74.300)	(50.280)
Compras de imobilizado	17	(120.712)	(46.240)
Valor recebido pela venda de imobilizado		909	506
Compras de intangível	18	(1.342)	(440)
Redução de capital em subsidiária		(26)	-
Dividendos recebidos		25.962	23.246
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>		<b>(169.509)</b>	<b>(73.208)</b>

<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(1.840)	(2.375)
Liquidação de operações de <i>hedge</i>		(5.863)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(245.263)	(210.306)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(252.966)</b>	<b>(212.681)</b>
<b>Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.989</b>	<b>(4.561)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>154.106</b>	<b>158.667</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>161.095</b>	<b>154.106</b>
<b>Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.989</b>	<b>(4.561)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Em milhares de reais

	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Valor excedente na subscrição de ações	Para investimentos e capital de giro			
	Capital social				
Em 31 de dezembro de 2017	1.984.219	1.210.322	374.699	821	3.570.061
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	272.911	272.911
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	(40)	(40)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>				<b>(40)</b>	<b>272.911</b>
Constituição de reservas	-	-	-	204.683	(204.683)
Dividendos e juros sobre capital próprio 2018	-	-	-	(154.963)	(68.228)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.984.219</b>	<b>1.210.322</b>	<b>424.419</b>	<b>781</b>	<b>3.619.741</b>
Resultado abrangente do período					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	487.929	487.929
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	(2.252)	(2.252)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>				<b>(2.252)</b>	<b>487.929</b>
Constituição de reservas	-	-	349.626	-	(349.626)
Dividendos e juros sobre capital próprio 2019	-	-	(68.227)	-	(138.303)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.984.219</b>	<b>1.210.322</b>	<b>705.818</b>	<b>(1.471)</b>	<b>3.898.888</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

• IFRIC 23/CPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

**3.3.2 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas**

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:  
• coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e  
• controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das controladas em conjunto e das coligadas são coincidentes com os da Companhia. Contudo, exceto para as coligadas Terminal de Cargas Sarzedo Ltda. e Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda., e para a controlada em conjunto Modal Terminal de Granéis Ltda., a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2019.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida no demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

**3.3.3 Conversão de transação e saldos em moeda estrangeira**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

**3.3.4 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

(a) **Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cujo objetivo da Administração não é atender compromissos de curto prazo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
  - os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:
- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
  - os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

**(b) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

**(c) Valor recuperável (impairment) de ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no fim de cada período, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

**(d) Desreconhecimento de ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transfere e não retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

**3.3.6. Passivos financeiros**

**(a) Reconhecimento e mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo, e suas eventuais mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

**(b) Mensuração subsequente**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

**(c) Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são compostos de juros, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

**(d) Desreconhecimento de passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**(e) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

**3.3.7. Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor.

**3.3.8. Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

**3.3.9. Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desses componentes. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com engenharia, pesquisas, estudos e exploração são contabilizados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica de um determinado projeto, a partir de então, os gastos incorridos são contabilizados como ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Exceção se aplica aos custos para desativação de minas (obrigações para recuperação ambiental), cujos critérios estão descritos nas Notas 3.3.13 e 17.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, durante o exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

**3.3.10. Ativos intangíveis**

**(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

**(b) Direitos minerários**

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerárias. Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerárias.

**(c) Programas de computador (softwares)**

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

**3.3.11. Valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

**3.3.12. Provisões para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

**3.3.13. Obrigação para recuperação ambiental**

A obrigação de gastos para recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração.

Os gastos são mensurados pelo valor presente que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**3.3.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

**3.3.15. Benefícios a empregados**

**(a) Plano de suplementação de aposentadoria**

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de previdência complementar, os quais são administrados pela Previdência Usiminas, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Atualmente, o único Plano aberto oferecido aos empregados da Companhia para novas adesões é o plano denominado USIPREV, classificado na modalidade de Contribuição Variável (CV). Entretanto, o participante inscrito no plano até 13 de abril de 2011, denominado Participante Fundador, poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos na modalidade de Benefício Definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorrerem. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

**(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados**

A Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

**(c) Participação nos lucros e resultados**

A Companhia provisiona a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

**3.3.16. Reconhecimento de receita**

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.

As vendas de produtos da Companhia se referem, basicamente, a minério de ferro na forma de *sinter feed*, *pellet feed* e granulados. A Companhia reconhece a receita na data em que o produto é entregue ao comprador em conformidade à condição contratual. Em certos casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda e ajustado subsequente conforme os movimentos dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final.

**3.3.17. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Compreendem basicamente os rendimentos de aplicações financeiras, efeitos monetários, juros, deságio e cessão de crédito.

**3.3.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

**3.3.19. Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019**

(i) Alterações ao IAS 1 "*Presentation of Financial Statements*" e IAS 8 "*Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*" Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes ao IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

(ii) Alterações ao IFRS 3 "*Business Combinations*" Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

**4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

**4.1. Julgamentos**

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

**(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais**

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujos indexadores contratados são CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 30).

**(b) Classificação do controle de investimentos**

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa exercida pela Companhia sobre seus investimentos.

**4.2. Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

**(a) Valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).

**(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 14 (b)).

**(c) Benefícios de planos de aposentadoria**

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. A Companhia apura a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam em condições atuais do mercado.

**(d) Provisões para demandas judiciais**

Como descrito na Nota 24, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos da Companhia.

**(e) Obrigação para recuperação ambiental**

A Companhia provisiona os custos esperados para a desativação futura das suas operações e a reparação ambiental das áreas impactadas por sua atividade. A determinação do valor da provisão é realizada considerando levantamento técnico especializado. No reconhecimento da provisão, os custos estimados são capitalizados no ativo imobilizado e depreciados pela vida útil dos ativos minerários correspondentes, gerando uma despesa que é reconhecida no resultado do exercício. No ano de 2019, foi considerada a taxa de 9,52% a.a., para correção do saldo da provisão para recuperação ambiental.

**(f) Taxas de vida útil do ativo imobilizado**

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros da Companhia ou consultores externos, que são revisados anualmente.

**5. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS**

A Companhia possui um programa de gestão de riscos financeiros que visa reduzir seu impacto sobre os seus ativos e passivos financeiros e fluxo de caixa. O referido programa foi elaborado em consonância com a política financeira da sua controladora Usiminas. A Administração da Companhia avalia, acompanha e adota, quando necessário, medidas para mitigar esses riscos inclusive contratando instrumentos financeiros derivativos para tal fim.

**5.1. Fatores de risco financeiro**

A Mineração Usiminas, em conformidade com suas atividades, está exposta diversos riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juros, risco de valor justo, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração da Companhia estabelece normas e políticas para a gestão desses riscos, principalmente, por meio do uso de instrumentos financeiros e de investimentos de caixa.

**5.2. Política de utilização dos instrumentos financeiros**

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem os objetivos de: (i) manter a liquidez desejada; (ii) definir nível de concentração de suas operações e; (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro.

A Administração da Mineração Usiminas monitora os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros e para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado principalmente pela exposição cambial e pelos efeitos do preço de minério de ferro.

**5.3. Política de gestão de riscos financeiros**

**(a) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre, substancialmente, da relação com instituições financeiras nas quais a Companhia mantém recursos financeiros, de empresas abertas, cujos títulos e papéis são adquiridos, bem como pela exposição ao crédito a clientes.

Como forma de mitigar o risco de crédito, no que diz respeito ao caixa e equivalentes de caixa, a Mineração Usiminas relaciona-se, exclusivamente, com instituições financeiras de primeira linha.

Quanto às aplicações financeiras, são negociados somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais, além de obedecerem a outros critérios, como patrimônio líquido e concentração de caixa por instituição.

A política de vendas da Mineração Usiminas procura minimizar os eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. As áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o desempenho dos clientes, que são selecionados de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento, além de demais avaliações do balanço patrimonial.

**(b) Risco de liquidez**

A política responsável pela gestão de ativos e passivos financeiros envolve análise das contrapartes da Mineração Usiminas por meio da avaliação das demonstrações financeiras, do patrimônio líquido e do *rating*. Esse controle visa assegurar à Companhia a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, além de controlar o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro, pulverizando assim o risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Mineração Usiminas. Quando necessário, a previsão do fluxo de caixa é revisada e atualizada.

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa mantido pela Mineração Usiminas e gerenciado pela Administração da Companhia estava investido em certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações em compromissadas.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Mineração Usiminas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela a seguir referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	124.785	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.245	422	83	-
Valores a pagar a empresas ligadas	42.866	31.546	94.638	63.093
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	84.535	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.029	1.245	504	-
Valores a pagar a empresas ligadas	35.269	31.547	94.639	94.639

**(c) Risco cambial**

**(i) Exposição em moeda estrangeira**

A Mineração Usiminas atua internacionalmente e, portanto, está exposta ao risco cambial de moedas estrangeiras, substancialmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. A seguir, está demonstrada a exposição líquida ativa em moeda estrangeira da Companhia nos encerramentos dos anos 2018 e 2019:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	79.532	41.317
Contas a receber de clientes	219.086	105.784
	<u>298.618</u>	<u>147.101</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(12.898)	(23.320)
Exposição líquida	<u>285.720</u>	<u>123.781</u>

**(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira**

A análise a seguir estima o impacto negativo sobre o resultado financeiro futuro da Companhia da eventual variação desfavorável da taxa de câmbio, no caso do dólar norte-americano (R\$/US\$). Para tanto, considerando a exposição líquida ativa do patrimônio em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019, se definiram três cenários de análise. O cenário I considera de 5% do valor da taxa de câmbio (R\$/US\$) vigente em 31 de dezembro de 2019. Os cenários II e III consideram uma redução de 25% e de 50%, respectivamente da mesma variável.



A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	Adições (i)	Adoção IFRS 16	Baixas	Depre- ciação	Transfe- rências	Outros	31/12/2019
Em operação								
Edificações	38.926	-	-	-	(5.284)	25.346	-	58.988
Máquinas e equipamentos	189.254	-	-	(185)	(53.543)	26.564	(299)	161.791
Instalações	356.570	-	-	-	(58.494)	11.042	-	309.118
Terrenos	375.862	-	-	-	-	-	-	375.862
Ferramentas e aparelhos	1.608	-	-	-	(623)	577	-	1.562
Obrigação para recuperação ambiental (ii)	113.354	8.720	-	-	(2.169)	-	-	119.905
Direito de uso	-	-	75.136	-	(6.506)	-	-	68.630
Outros	1.970	-	-	(16)	(894)	1.363	-	2.423
	<u>1.077.544</u>	<u>8.720</u>	<u>75.136</u>	<u>(201)</u>	<u>(127.513)</u>	<u>64.892</u>	<u>(299)</u>	<u>1.098.279</u>
Em obras								
Imobilizado em obras	107.753	120.712	-	-	-	(64.944)	(384)	163.137
	<u>1.185.297</u>	<u>129.432</u>	<u>75.136</u>	<u>(201)</u>	<u>(127.513)</u>	<u>(52)</u>	<u>(683)</u>	<u>1.261.416</u>

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R\$120.712.

	31/12/2017	Adições (i)	Baixas	Depre- ciação	Transfe- rências	Outros	31/12/2018
Em operação							
Edificações	46.032	36	-	(7.832)	689	1	38.926
Máquinas e equipamentos	217.573	497	(52)	(50.459)	21.693	2	189.254
Instalações	404.295	63	(203)	(59.545)	11.960	-	356.570
Terrenos	375.514	150	-	-	198	-	375.862
Ferramentas e aparelhos	1.491	-	-	(439)	556	-	1.608
Obrigação para recuperação ambiental (ii)	85.452	29.187	-	(1.285)	-	-	113.354
Outros	2.969	20	-	(1.499)	480	-	1.970
	<u>1.133.326</u>	<u>29.953</u>	<u>(255)</u>	<u>(121.059)</u>	<u>35.576</u>	<u>3</u>	<u>1.077.544</u>
Em obras							
Imobilizado em obras	99.844	45.474	-	-	(35.929)	(1.636)	107.753
	<u>1.233.170</u>	<u>75.427</u>	<u>(255)</u>	<u>(121.059)</u>	<u>(353)</u>	<u>(1.633)</u>	<u>1.185.297</u>

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R\$46.240.

(ii) Compreende contabilização de obrigação para recuperação ambiental a ser realizada conforme quantidade de material extraído das minas (ROM - Run of Mine) apropriado no período anual como depreciação (vide item 4.2 (e)).

Em 31 de dezembro de 2019, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais" no montante de R\$98.485, R\$987, R\$411 e R\$27.630 (31 de dezembro de 2018 - R\$74.260, R\$867, R\$397 e R\$45.535), respectivamente.

## 18. INTANGÍVEL

A seguir está demonstrada a movimentação do ativo intangível:

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.561	2.283	1.914	606.758
Adições	-	-	1.342	1.342
Amortização	(4.023)	(1.140)	(640)	(5.803)
Transferências	-	-	52	52
Saldos em 31 de dezembro de 2019	598.538	1.143	2.666	602.349
Custo total	694.755	4.478	11.183	710.416
Amortização acumulada	(96.217)	(3.335)	(8.515)	(108.067)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	598.538	1.143	2.666	602.349

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.

(ii) Refere-se basicamente a softwares, com taxa média de amortização de 28% a.a.

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.469	3.423	1.891	478.783
Adições	-	-	440	440
Amortização	(2.426)	(1.140)	(770)	(4.336)
Transferências	-	-	353	353
(Constituição) reversão Impairment	131.518	-	-	131.518
Saldos em 31 de dezembro de 2018	602.561	2.283	1.914	606.758
Custo total	685.547	4.478	9.789	699.814
Amortização acumulada	(82.986)	(2.195)	(7.875)	(93.056)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	602.561	2.283	1.914	606.758

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.

(ii) Refere-se basicamente a softwares, com taxa média de amortização de 31% a.a.

Em 31 de dezembro de 2019, a amortização do intangível foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R\$5.336 e R\$467, respectivamente (31 de dezembro de 2018 - R\$3.818 e R\$518).

## 19. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT) NÃO FINANCEIROS

Para o cálculo do valor recuperável de ativos não financeiros, a Mineração Usiminas utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada UGC. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada UGC.

Em 31 de dezembro de 2019 a Mineração Usiminas efetuou avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:

### (a) Testes de impairment do ágio

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), a Mineração Usiminas efetuou análise de impairment.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada perda por impairment na UGC Modal no valor de R\$3.068 (31 de dezembro de 2018 - R\$6.465). Na UGC Terminal Sarzedo não foi registrada perda por impairment.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 8 anos, considerando a evolução da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram consideradas as necessidades de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A taxa real utilizada para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa foi de 8,74% a.a..

### (b) Testes de impairment do direito minerário

O valor recuperável dos ativos da UGC de mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro a ser obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da commodity e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,74% a.a.. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. A taxa de inflação brasileira estimada de longo prazo foi de 3,8% a.a.. Para projeção das taxas anuais de câmbio (Real / Dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD62,00/t e USD65,00/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a perda por impairment remanescente no valor de R\$1.368.524, continua sendo monitorado pela Companhia e poderá ser revertido na medida em que as projeções futuras permitirem.

### (c) Teste de impairment de outros ativos de longo prazo

As premissas utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos de longo prazo são as mesmas premissas utilizadas no teste do direito minerário anteriormente mencionado no item (b).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrada a reversão de perda por impairment para os demais ativos de longo prazo no valor de R\$742. Parte desta reversão deve-se ao consumo do estoque de minério de ferro. O impairment remanescente no valor de R\$54.464 continua sendo monitorado pela Companhia e será alterado na medida em que as projeções futuras possibilitarem.

## 20. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
No país	111.887	61.215
No exterior	12.898	23.320
Valores a pagar a empresas ligadas (Nota 31)	42.866	35.269
	<u>167.651</u>	<u>119.804</u>

## 21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	31/12/2019				31/12/2018				
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			
FINAME	R\$	2020 a 2023	4,0% a 8,7% a.a.	1.172	487	1.858	1.654	1.172	487	1.858	1.654

Os empréstimos e financiamentos da Mineração Usiminas não possuem cláusulas contratuais restritivas vinculadas a indicadores de desempenho (covenants). Os referidos contratos não possuem bens dados em garantias.

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	1.858
2020	1.172	1.166
2021	407	407
2022	71	71
2023	9	10
	<u>1.659</u>	<u>3.512</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	-	5.900
Encargos provisionados	77	190
Varição monetária	92	109
Amortização de encargos	(182)	(312)
Amortização de principal	(1.840)	(2.375)
Saldo final	<u>1.659</u>	<u>3.512</u>

## 22. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui no encerramento de 2019 contratos de arrendamento, principalmente de veículos utilizados no transporte interno nas minas (veículos offroad).

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais remanescentes ao valor presente. A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de 7,34% a 10,53%.

Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	-	-
Adoção IFRS 16	75.136	-
Pagamentos	(6.929)	-
Juros apropriados	1.654	-
Saldo final	<u>69.861</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	25.001	22.382	35.421	82.804
Ajuste a valor presente	(5.595)	(3.796)	(3.552)	(12.943)
	<u>19.406</u>	<u>18.586</u>	<u>31.869</u>	<u>69.861</u>

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa	-	-
Contraprestação do arrendamento	75.146	63.399
PIS/COFINS potencial (9,25%)	7.659	6.462
	<u>82.805</u>	<u>69.861</u>

## 23 OBRIGAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A Companhia possui provisão para recuperação ambiental das áreas degradadas no processo de exploração mineral cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$231.591 (31 de dezembro de 2018 - R\$203.707).

Os gastos com a obrigação para recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos.

A Administração da Companhia contratou uma empresa especializada para a apuração destes gastos, que foram estimados, de acordo com o levantamento técnico de informações em campo, juntamente com o reconhecimento da realidade ambiental e condições das áreas atualmente degradadas.

As estimativas de gastos, bem como a área afetada pela atividade de exploração mineral, são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

A movimentação da provisão para recuperação ambiental está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	203.707	158.333
Adição	8.720	29.187
Varição monetária	19.878	16.187
Baixa	(714)	-
	<u>231.591</u>	<u>203.707</u>

## 24. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	34.184	43.146
Adições	14.368	4.036
Juros/atualizações	18.260	4.899
Amortizações/baixas	(32.478)	(14.390)
Reversões	(9.122)	(3.507)
Transferências entre circulante e não circulante	(14.087)	-
	<u>11.125</u>	<u>34.184</u>

### (a) Demandas prováveis

A provisão para demandas judiciais foi constituída para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritas abaixo:

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Mineração Usiminas, que pleiteiam verbas trabalhistas e processos administrativos.	Aguardando julgamento perante os órgãos competentes, em instâncias diversas.	8.432	7.325
Ação visando ao afastamento da cobrança das Taxas de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM.	Homologada a desistência da ação e conversão do saldo total dos depósitos em renda para o Estado.	-	18.950
Procedimento arbitral, por meio do qual a Requerente pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais alegadamente suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Fríavel - Flotação no Município de Itaitaiçu-MG.	Sentença arbitral proferida, firmado acordo de pagamento entre as partes	-	4.309
Ação de indenização, alegando suposto prejuízo decorrente de descumprimento do contrato e prazos celebrados entre as partes.	Após sentença desfavorável em primeira instância, que foi mantida no Tribunal, foi celebrado acordo entre as partes e encerrado o processo.	-	2.535
Ação de instituição de servidão minerária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela autorizando-a a realizar as atividades necessárias para o licenciamento e exploração mineral na área	Sentença proferida (julgado procedente). Aguarda-se cumprimento da sentença, com pagamento da indenização pela instituição da servidão.	1.158	-
Autuação por alegada degradação ambiental, por assoreamento da microbacia a jusante.	Em 05/11/19 processo alterado para interposição de recurso.	1.032	-
Outros	-	503	1.065
Total	-	<u>11.125</u>	<u>34.184</u>

### (b) Demandas possíveis

A Mineração Usiminas figura como parte em outros processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

Descrição	Posição	31/12/2019	31/12/2018
Procedimento arbitral, por meio do qual a Requerente pretende o reembolso dos prejuízos e custos adicionais alegadamente suportados durante a execução das obras de construção da Nova ITM Fríavel - Flotação no Município de Itaitaiçu-MG.	Sentença arbitral proferida, firmado acordo de pagamento entre as partes.	-	11.269
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	37.663	36.081
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	29.962	-
Outras ações de natureza cível.	-	12.728	17.916
Outras ações de natureza trabalhista.	-	6.014	10.069
Outras ações de natureza tributária.	-	3.923	12.045
Total	-	<u>90.290</u>	<u>87.380</u>

### (c) Contingências ativas

#### ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS

Em junho de 2019 transitaram em julgado os mandados de segurança impetrados pela Companhia que questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS. Com estas decisões favoráveis, referentes ao período de agosto de 2010 a abril de 2017, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna no. 13 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, a Companhia registrou o montante de R\$31.396 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica "Impostos a recuperar", em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro", nos montantes de R\$18.263 e R\$13.133, respectivamente.

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de setembro de 2019, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais correspondentes 25% do lucro líquido do exercício social de 2018, sendo necessário reverter o valor de R\$68.228 reconhecidos como reserva de investimentos e capital de giro, para compor o valor destinado aos acionistas, referente ao resultado do exercício de 2018. A Administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2019, a distribuição de juros sobre capital próprio, a seus acionistas, no valor bruto de R\$108.808, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando o valor líquido de R\$93.282 ao valor do dividendo mínimo obrigatório, referente ao resultado do exercício de 2019.

## 26. RECEITA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Vendas de produtos		
Mercado interno	695.378	446.207
Equiparada à exportação	183.242	3.836
Mercado externo	1.272.063	777.915
Receita bruta	2.150.683	1.227.958
Deduções da receita	(161.524)	(142.780)
Receita líquida	1.989.159	1.085.178

**Contratos de venda a preços provisórios** – Alguns contratos comerciais celebrados pela Companhia possuem cláusula de preço futuro, expondo a receita final à volatilidade do preço do minério de ferro, principalmente. Os preços de venda dos produtos vendidos nessa condição são mensurados de forma confiável devido à existência de mercado ativo.

A sensibilidade do risco da Companhia na liquidação final das suas contas a receber com preços provisórios estão apresentadas a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018
Mil toneladas	1.539	Preço provisório (US\$/ton)	67,1
		Alteração	+/- 10%
		Efeito na receita	+/- 41.630

## 27. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação e amortização	(133.316)	(125.395)
Despesas de benefícios a empregados	(121.905)	(97.129)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(283.127)	(198.437)
Custo de distribuição	(108.352)	(83.539)
Serviços de terceiros	(112.514)	(102.746)
Demandas judiciais, líquidas (adições e baixas)	(8.022)	(1.353)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	708	251
Resultado na venda de energia elétrica excedente	1.338	2.528
Reversão (perda) por valor recuperável de ativos ( <i>impairment</i> ) (i)	(3.068)	199.601
Arrendamento direito mineração	(21.375)	(39.069)
Frete sobre vendas	(548.910)	(323.330)
Provisão para perda ICMS	(29.277)	(37.493)
ICMS base de cálculo de PIS e Cofins	18.263	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.730)	(2.334)
Custo das vendas	(1.387.287)	(808.445)
Despesas com vendas	(1.142.610)	(747.341)
Despesas gerais e administrativas	(120.639)	(92.596)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(24.340)	(26.076)
	(99.698)	57.568
	(1.387.287)	(808.445)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*impairment*), no montante de R\$3.068, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal.

## 28. DESPESAS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos	(99.431)	(78.773)
Encargos previdenciários	(13.167)	(10.880)
Participação dos empregados nos lucros	(6.536)	(5.906)
Outras	(2.771)	(1.570)
	(121.905)	(97.129)

As despesas e benefícios a empregados são registradas nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais", de acordo com a alocação do empregado.

## 29. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2019	31/12/2018
<b>(a) Despesas com vendas</b>		
Despesas com pessoal	(4.198)	(3.778)
Serviços de terceiros	(2.170)	(2.283)
Depreciação e amortização	(987)	(987)
Custo de distribuição	(110.739)	(83.762)
Despesas gerais	(2.545)	(1.928)
	(120.639)	(92.596)
<b>(b) Despesas gerais e administrativas</b>		
Despesas com pessoal	(5.595)	(5.403)
Serviços de terceiros	(10.470)	(12.075)
Depreciação e amortização	(878)	(915)
Honorários da Administração	(4.883)	(5.020)
Despesas gerais	(2.514)	(2.663)
	(24.340)	(26.076)
<b>(c) Outras receitas (despesas) operacionais</b>		
Outras receitas operacionais		
Ajuste por <i>impairment</i>	-	206.066
Receita com a venda de energia elétrica	6.216	6.396
Recuperação de despesas	4.427	5.502
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	18.263	-
Outras receitas	4.190	3.109
	33.096	221.073
Outras despesas operacionais		
Despesas com equipamentos parados temporariamente	(57.743)	(92.846)
Provisão para perdas - ICMS	(29.277)	(37.493)
Custo com a venda de energia	(4.303)	(3.276)
Despesas com engenharia - projetos	(5.627)	(10.033)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU, IR, etc.)	(11.128)	(9.279)
Encargos judiciais	(1.476)	(47)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(8.022)	(1.353)
Ajuste por <i>impairment</i>	(3.068)	(6.465)
Despesas com doações, patrocínios e incentivos culturais	(9.460)	(800)
Outras despesas	(2.690)	(1.913)
	(132.794)	(163.505)
	(99.698)	57.568

## 30. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	36.467	25.856
Efeitos monetários	11.001	12.624
Realização do ajuste a valor presente	796	-
ICMS na base de cálculo PIS e CONFINS (atualização)	13.133	-
Outras	4.652	4.420
	66.049	42.900

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Mineração Usiminas S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Usiminas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Usiminas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de audito-

### Despesas financeiras

Juros sobre passivos contingentes	(18.260)	(4.899)
Efeitos monetários	(20.173)	(16.507)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(20.784)	(22.630)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.953)	(2.041)
Resultado das operações de <i>hedge</i>	(5.863)	-
Outras despesas financeiras	(439)	(185)
	(68.472)	(46.262)
	6.277	26.817
	3.854	23.455

Ganhos e perdas cambiais, líquidos

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas na demonstração do resultado são decorrentes da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e clientes em moeda estrangeira.

## 31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

### (a) Ativo circulante

	31/12/2019		31/12/2018	
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber
Acionistas	109.589	-	24.149	-
Coligadas	-	11.023	-	11.462
Total	109.589	11.023	24.149	11.462

As contas a receber de clientes classificados como partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em condições acordadas entre as partes. As contas a receber não possuem garantias.

### (b) Passivo

	31/12/2019			31/12/2018		
	Fornecedores	Dividendos	Valores a pagar	Fornecedores	Dividendos	Valores a pagar
Acionistas	467	29.495	-	551	68.228	-
Controladas em conjunto	803	-	-	734	-	-
Coligadas	2.722	-	-	1.108	-	-
Outras partes relacionadas (i)	38.874	-	121.838	32.876	-	134.253
Total	42.866	29.495	121.838	35.269	68.228	134.253
Circulante	42.866	29.495	-	35.269	68.228	-
Não Circulante	-	-	121.838	-	-	134.253
Total	42.866	29.495	121.838	35.269	68.228	134.253

(i) Em dezembro de 2015, visando ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de transporte de minério de ferro entre a MRS e a Companhia, as Partes acordaram, em caráter excepcional, a suspensão da execução do Contrato mediante o pagamento de indenização à MRS. Em 31 de dezembro de 2019, o montante acordado totaliza R\$153.384 (valor presente) (31 de dezembro de 2018 – R\$165.799), sendo R\$31.546 no passivo circulante (fornecedores) e R\$121.838 no passivo não circulante.

Os valores a pagar a empresas ligadas, classificados como fornecedores, são principalmente decorrentes de operações de compras, conforme descrito no item (c), e vencem em condições acordadas entre as partes. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

Os demais valores a pagar a empresas ligadas referem-se substancialmente a reembolsos de serviços compartilhados.

### (c) Vendas e compras

	31/12/2019		31/12/2018	
	Vendas (i)	Compras	Vendas (i)	Compras
Acionistas	530.425	6.839	388.228	6.893
Controladas em conjunto	-	10.290	-	10.649
Coligadas	-	25.450	-	14.342
Outras partes relacionadas	-	181.058	-	125.385
	530.425	223.637	388.228	157.269

### (d) Resultado financeiro e operacional

	31/12/2019	31/12/2018
Acionistas	(4.520)	(5.316)
Coligadas	(19.131)	(22.630)
	(23.651)	(27.946)

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro;
- Venda de minério de ferro para Usiminas e compra de serviços compartilhados;
- Compra da Modal e Terminal Sarzedo de serviços de estocagem e carregamento de minérios;
- Compra de serviços e materiais da Usiminas Mecânica S.A. para construção de estruturas metálicas dos projetos.

As vendas entre partes relacionadas são efetuadas com base nas tabelas de preços em vigor e nos termos e condições de mercado que estariam disponíveis para terceiros.

### (e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que engloba a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Honorários	4.318	4.280
Encargos sociais	754	740
	5.072	5.020

## 32. COMPROMISSOS

**(a) Obrigações contratuais** - O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais requeridos, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia, para a data de 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019	31/12/2018
Menos de 1 ano	212.812	148.735
De 1 a 3 anos	200.848	162.530
De 4 a 5 anos	196.433	152.018
Mais de 5 anos	767.000	611.000
Total de pagamentos mínimos requeridos	1.377.094	1.074.283

As obrigações contratuais decorrem principalmente do contrato de arrendamento de direitos minerários, aquisição de ativo imobilizado e energia elétrica.

A Companhia possui contrato de arrendamento de direitos minerários com terceiros para operação de lavra de áreas circunvizinhas às suas operações próprias. O arrendamento tem prazo de duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou até a exaustão destas reservas minerárias. Os pagamentos futuros mínimos foram calculados considerando o período do contrato de arrendamento residual e as condições de preço de minério e taxa de câmbio (R\$/US\$) vigentes no final de cada período.

### (b) Garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há garantias financeiras concedidas pela Companhia.

## 33. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguros mantidas pela Companhia proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía seguros para prédios, mercadorias, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, tendo como valor em risco o total de R\$1.368.759 (31 de dezembro de 2018 - R\$1.328.806), uma apólice de seguro de riscos operacionais (danos materiais) com limite máximo de indenização de R\$250.000 por sinistro. Em 31 de dezembro de 2019, a franquia máxima para danos materiais era de R\$1.000, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 45 dias (tempo de espera). O término deste seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2020.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Leite de Andrade - Presidente  
Haruhiko Arimoto - Conselheiro  
Haruo Matsuzaki - Conselheiro  
Miguel Angel Homes Camejo - Conselheiro  
Takahiro Mori - Conselheiro  
Tulio Cesar do Couto Chipoletti - Conselheiro

### DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Héctor Rezzonico - Diretor Presidente  
Marcelo Héctor Barreiro - Diretor Financeiro

### CONTADOR

Bruno Fonseca Campos - Gerente de Contabilidade - CRC-MG 086-514/O-0



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00160/O-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00160/O-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1